

Marcadores pragmáticos no Funcionalismo: da abordagem clássica à construcional

Pragmatic Markers in Functionalism: From the Classical to the Constructional Approach

Mariangela Rios de Oliveira¹

Universidade Federal Fluminense/CNPq
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo: Nosso objetivo neste artigo é demonstrar como a classe dos marcadores pragmáticos (MP), segundo Traugott (2021, 2022a, 2022b), vem, ao longo dos estudos funcionalistas de vertente norte-americana, sendo descrita e analisada em termos relativamente distintos. Assumimos que a distinção de tratamento dos MP ao longo da pesquisa funcionalista corresponde a um movimento dentro dessa corrente, nos termos de Rosário e Oliveira (2016). Conforme os autores, o ponto de partida é o chamado “Funcionalismo clássico”, atinente aos postulados teóricos seminais fixados a partir da década de 70 do século XX, que vão sendo reelaborados e refinados até os dias atuais, no século XXI, principalmente pela incorporação da abordagem construcional, como proposto por Traugott e Trousdale (2013), no que nomeamos no Brasil de *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU), conforme se encontra em Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013) e Rosário (2022). Consideramos que essa trajetória ou reorientação teórica pode ser evidenciada justamente pela pesquisa dos MP, pela forma com que os postulados da gramaticalização, da de(s)gramaticalização, da pragmaticalização e da construcionalização, respectivamente, são adotados para dar conta dessa categoria. Constatamos que o tratamento funcionalista-construcionista da LFCU, incorporado mais recentemente na pesquisa dos MP, pode contribuir para o maior conhecimento destes constituintes, tanto no eixo de sua função pragmático-discursiva quanto no eixo de sua estruturação mais complexa, envolvendo o entorno contextual em que são usados.

Palavras-chave: Marcadores pragmáticos. Funcionalismo. Construção gramatical. Gramaticalização. Português brasileiro.

Abstract: Our objective in this article is to demonstrate how the class of pragmatic markers (PM), according to Traugott (2021, 2022a, 2022b), has been described and analyzed in relatively distinct ways within North American strands of functionalist studies. We assume that the variation in the treatment of PM throughout the history of functionalist research reflects an internal development within this framework, as argued by Rosário and Oliveira (2016). According to these authors, the starting point is the so-called “classical functionalism,” referring to the seminal theoretical postulates established in the 1970s, which have since been revised and refined up to the present day, particularly through the incorporation of the constructional approach, as proposed by Traugott and Trousdale (2013), and which is referred to as *Usage-Based Linguistics*. We argue that this theoretical trajectory or reorientation is clearly reflected in the research on PM, especially in the way the frameworks of grammaticalization, de(s)grammaticalization, pragmaticalization and constructionalization are adopted to account for this category. We contend that the functionalist-constructionist treatment of PM, more recently incorporated into their study, can contribute to a deeper understanding of these elements, both in terms of their pragmatic-discursive function and in terms of their more complex structural behavior, particularly regarding the contextual environments in which they occur.

Keywords: Pragmatic markers. Functionalism. Grammatical construction. Grammaticalization. Brazilian Portuguese

¹ Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado na Universidade Aberta – Lisboa. Pesquisadora 1B do CNPq. E-mail: mariangelariosdeoliveira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste artigo é demonstrar como a classe dos marcadores pragmáticos (MP), segundo Traugott (2021, 2022a, 2022b), vem, ao longo dos estudos funcionalistas de vertente norte-americana, sendo descrita e analisada em termos relativamente distintos. Estamos nos referindo a MP como os destacados a seguir, em interações do português contemporâneo extraídas do *Corpus do Português*²(CdP):

- (1) Olá, Ana! Obrigada por sua visita no blog!!! Vi q se cadastrou para o sorteio!!! Que Legal, boa sorte!! Peço para que se torne seguidora, *tá bem?*!
- (2) Mas ser assexual não é ser doente, assexualidade não é uma doença ou um problema físico; Mais estranhamente ainda... pode até ser... se você achar, quiser, ou pensar que é conveniente... pode dizer que sua assexualidade decorre de um problema de saúde... *sei lá...* coisas dos hormônios... Mas bem... isso não te torna doente, não é?
- (3) Formado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, o status de “repórter” foi empregado quando iniciou no programa CQC – Custe o Que Custar. *A propósito*, o próprio gênero “jornalismo” como referência a atração da Band é altamente contestado.

Como podemos observar, os usos em destaque se encontram fora do eixo sintático oracional, não contribuem para o valor de verdade do que é declarado e atuam no nível pragmático-discursivo. Assim, com base na recente proposta de Traugott (2021, 2022a, 2022b), consideramos que os três constituintes destacados partilham a função geral da marcação pragmática e, de outra parte, cumprem subfunções mais específicas, como a confirmação social em (1), com o uso do MP *tá bem?*; o sentido epistêmico de vagueza em (2), com *sei lá*; a estruturação multifuncional do discurso em (3), com a digressão articulada por *a propósito*.

Assumimos que a distinção de tratamento dos MP ao longo da pesquisa funcionalista corresponde a um movimento dentro dessa corrente, nos termos de Rosário e Oliveira (2016). Conforme os autores, o ponto de partida é o chamado “Funcionalismo clássico”, atinente aos postulados teóricos seminais fixados a partir da década de 70 do século XX, e que vão sendo reelaborados e refinados até os dias atuais, no século XXI, principalmente pela incorporação da abordagem construcional, como proposto por Traugott e Trousdale (2013), no que nomeamos no Brasil de *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU), conforme se encontra em Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013) e Rosário (2022). Consideramos que essa trajetória ou reorientação teórica pode ser evidenciada justamente pela pesquisa dos MP, pela forma com que os postulados da gramaticalização, da de(s)gramaticalização, da paradigmaticização e da construcionalização, respectivamente, podem ou não dar conta da descrição e da análise dessa categoria.

² Disponível no site: <https://www.corpusdoportugues.org/>

Para embasar e ilustrar nossos comentários analíticos, trazemos contextos de uso do português contemporâneo do Brasil coletados em bancos de dados como o CdP e a rede social X. Procedemos a uma análise eminentemente qualitativa, em função do objetivo maior do artigo, que se volta para traçar um panorama da abordagem dos MP em duas fases distintas do Funcionalismo norte-americano: a clássica e a LFCU.

Para tanto, este artigo se distribui em mais três seções. Na primeira, nos voltamos para os MP na perspectiva do Funcionalismo clássico, a partir do processo ou do paradigma da gramaticalização e de seus desafios para dar conta do tratamento de itens cumpridores de funções basicamente pragmáticas na gramática da língua; nessa seção, demonstramos como propostas da de(s)gramaticalização e da pragmaticalização, entre outras, são adotadas para análise. Na segunda seção, nos dedicamos à LFCU, no destaque da abordagem construcional da gramática e da proposição dos MP como pareamentos procedurais e específicos de conteúdo e forma, integrantes da rede construcional da língua e operantes no nível pragmático-discursivo; destacamos nessa parte os MP como paradigma linguístico na pesquisa em LFCU, ou seja, como uma *hiperconstrução*, conforme postulado por Diewald (2000), bem como a contribuição de Traugott (2021, 2022a, 2022b) para a análise dos MP à luz da LFCU. Na terceira seção, em nossas considerações finais, enfatizamos o desafio de tratar formal e funcionalmente uma classe voltada para marcação pragmática em termos de sua codificação, como requer a perspectiva construcional assumida pela LFCU, e apontamos caminhos de pesquisa abertos na área. Encerramos o artigo com as referências bibliográficas em que nos pautamos.

2 MP NO FUNCIONALISMO CLÁSSICO

Como costuma ocorrer com as correntes linguísticas, o Funcionalismo de vertente norte-americana vem, desde sua fase inaugural, situada na segunda metade do século XX, passando por refinamento de seus fundamentos teóricos. O ponto inicial dessa vertente investigativa se situa na década de 70, quando pesquisadores como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Bernd Heine, entre outros, assumem os usos linguísticos como consequentes de uma série de pressões de natureza pragmático-discursiva e cognitiva. Assim, fixa-se o pressuposto de que a configuração da gramática é resultante de rituais interativos que se convencionalizam ao serem adotados e disseminados numa comunidade linguística.

No bojo dessa concepção, ganha destaque o viés emergente da gramática, que, conforme Hopper (1987), diz respeito à concepção adaptativa e contingencial dos usos linguísticos, ao formato das estruturas gramaticais às necessidades comunicativas dos modos de dizer face aos contextos interacionais específicos. Nesse sentido, o Funcionalismo em sua vertente clássica tanto se volta para a descrição e análise dos usos linguísticos sincrônicos quanto investe na pesquisa de trajetórias de mudança linguística que conduziram aos referidos usos.

Na investigação histórica empreendida pelo Funcionalismo, a gramaticalização se destaca como pressuposto básico de pesquisa, tomada como paradigma ou processo,

conforme Martelotta, Votre e Cezario (1996) e Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007). De acordo com Hopper e Traugott (2003), tal pressuposto se funda na premissa de que há um caminho unidirecional que conduz itens lexicais a assumir funções gramaticais. Conforme Kurylowicz (1975), a continuidade dessa rota de mudança pode fazer com que itens gramaticais mudem para outras categorias linguísticas ainda mais gramaticais.

Essa rota unidirecional é assumida, em termos gerais, como irreversível, podendo ser sintetizada pelas seguintes derivações correspondentes, como ilustramos no Quadro 1:

Quadro 1: *Clines* unidirecionais propostos pela gramaticalização

Léxico -----	>	Gramática
Concretude -----	>	Abstração
Menos subjetividade -----	>	Mais (inter)subjetividade
Imprevisibilidade -----	>	Regularidade
Iconicidade -----	>	Arbitrariedade
Maior autonomia -----	>	Maior dependência
Menor produtividade -----	>	Maior produtividade

Fonte: Autoral.

Como podemos observar, as rotas traçadas no Quadro 1 apontam para um estado de maior convencionalidade. Elementos gramaticalizados migram para categorias linguísticas em maior nível de abstração e (inter)subjetividade, tornando-se mais regulares, arbitrários e produtivos na língua. Trata-se de *clines* sintetizados nas propostas de autores como, por exemplo: Traugott e Heine (1991): espaço > tempo > texto; Givón (1979): discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero; Heine, Claudi e Hünnemeyer: pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade; Lehmann (2015): sintetização > morfologização > desmorfemização.

Todos esses *clines* têm como ponto comum a redução, em termos de sentido e forma, e o aumento de dependência em termos morfossintáticos dos elementos gramaticalizados. Trata-se da *gramaticalização por redução* (GR), nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Levando-se em conta esse tipo de concepção, como inserir na agenda da pesquisa funcionalista clássica os MP? Que lugar, ou não-lugar, teriam esses constituintes, uma vez que se situam fora do escopo gramatical mais estrito? Para responder questionamentos como esses, o Funcionalismo clássico nos apresenta três alternativas, sendo a terceira a de maior razoabilidade, segundo nossa concepção.

A primeira alternativa é encontrada em Martelotta, Votre e Cezario (1996, p. 59-60), que, na primeira obra de referência sobre processos de gramaticalização no português do Brasil, propõem um outro processo de mudança, paralelo à gramaticalização, nomeado de *discursivização*. Segundo os autores, trata-se de um caminho “que leva o elemento linguístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo”. Mais adiante, os autores concluem que a discursivização tem “um campo de atuação mais vasto do que o da gramática,

marcando relações entre os participantes ou entre os participantes e seu discurso, sem estabelecer necessariamente relações entre elementos da gramática”.

Na verdade, o que Martelotta, Votre e Cezario (1996) fazem é destacar a importância da pesquisa dos MP no campo dos estudos funcionalistas de um modo complementar à gramaticalização, assumindo que se trata de constituintes atuantes no nível pragmático-discursivo e que, portanto, devem ter lugar no campo de investigações da área. Conforme tal assunção, os autores elencam algumas funções relevantes nas interações desempenhadas pelos MP, como, por exemplo, a de marcação de confirmação, tal como destacamos nos trechos a seguir do CdP:

- (4) Então, como dizia o outro, se está tudo assim tão bem, porque vai tudo assim tão mal? *Pois é*, há uma atuação vastíssima e importantíssima por parte dos Maçons ao longo do tempo, mas ainda não chega.
- (5) isso é comum no parto normal. *tá bem*. é só tomar cuidado que ele logo se recupera
- (6) Não espere nada de mim, pois sou um humano desprovido de compromissos e extremamente desencanado de cobranças, não devo nada a ninguém de a mesma forma que não cobro a ninguém. Se preciso de ajuda? *Ok...* me fizeram rir.

Nos fragmentos (4), (5) e (6), os termos assinalados atuam em prol da organização discursiva, como elementos por intermédio dos quais o locutor convida seu interlocutor a partilhar inferências, de acordo com Traugott e Dasher (2002). Trata-se de um tipo de monitoramento que, nos três exemplos apresentados, visa à confirmação do que é declarado, na busca de anuência não necessariamente partilhada pelo interlocutor. Os MP em destaque situam-se fora do eixo sintático, não concorrem para o valor de verdade do que é declarado e têm alto nível de (inter)subjetividade

Em conformidade à perspectiva gradiente da gramaticalização, a discursivização é concebida também como trajetória. Para tanto, postula-se que um constituinte originalmente lexical passa a assumir funções gramaticais, migrando de categoria, e, a partir daí, assume funções pragmático-discursivas, no cumprimento da rota *léxico -> gramática -> discurso*. A questão é que esse terceiro estágio não é concebido como nível gramatical, mas como instância fora deste escopo, o que complexiza a atividade analítica. Outro ponto problemático da rota proposta é que os MP devem ser tomados como estágios necessariamente posteriores à gramaticalização, como um caminho que se distingue do fluxo estritamente *gramatical*.

Consideramos, pois, que essa concepção trouxe, na verdade, mais desafios à análise funcionalista do que benefícios, uma vez que assume dois caminhos de mudança cujos pontos de chegada são distintos: a gramática e a pragmática, como se esta não estivesse naquela. Tal situação fica ainda mais crítica quando a discursivização também é referida como um caso de *de(s)gramaticalização*, nos termos de Lehmann (2004), na alusão a itens que deixam de atuar como gramaticais, ou como um tipo de *pós-gramaticalização*, conforme Vincent, Votre e Laforest (1993).

O segundo viés analítico dos MP na versão clássica funcionalista é o que propõe a pragmaticalização (Traugott, 2003) como um subtipo de gramaticalização voltado para a pesquisa de elementos com atuação fora do eixo gramatical estrito. Essa proposição toma como pressuposto que a mudança linguística pode derivar em constituintes cumpridores de funções metalinguísticas e interpessoais, com alto grau de intersubjetividade e escopo textual-discursivo. Na perspectiva da trajetória de mudança que deriva na pragmaticalização, os elementos linguísticos passam pela expressão de maior nível de (inter)subjetificação³ e pela atuação no plano metalinguístico e interpessoal. Portanto, tal perspectiva acaba por se conectar com a referida anteriormente, a da discursivização, uma vez que esta também motiva incremento de (inter)subjetividade, envolvendo mudança semântico-pragmática.

Consideramos que a proposição da pragmaticalização, tal como a da discursivização, a da de(s)gramaticalização e da pós-gramaticalização, também é problemática e pouco econômica, uma vez que aponta dois caminhos paralelos de mudança linguística: um que culmina em elementos gramaticais ou mais gramaticais e outro que deriva em elementos pragmáticos. Assumimos que tal proposição cria uma cisura entre o que seria concebido como gramática, de um lado, e como pragmática, de outro. Tal barreira vai de encontro a um pressuposto caro ao Funcionalismo, fundado na concepção de que as categorias são prototípicas, de que os níveis gramaticais se interconectam, de que os domínios da pragmática, da semântica e da sintaxe são interdependentes, conforme assumem Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015). Ainda que a gramaticalização seja assumida como passagem do léxico à gramática ou do menos para o mais gramatical, o que se destaca nessa concepção é a dimensão processual, os micropassos que levam de um ponto a outro, na perspectiva da gradualidade da mudança linguística, como destacado por Bybee (2010).

Se considerarmos pragmaticalização e gramaticalização como trajetórias paralelas, então os elementos destacados nos exemplos de (1) a (6), anteriormente apresentados, devem ser vistos como consequentes de uma rota distinta em relação aos demais de seu contexto de ocorrência, como itens de outra história. Assumimos que esse é um viés interpretativo que pouco concorre para a descrição e análise funcionalista dos MP.

A terceira abordagem da classe dos MP na perspectiva clássica do Funcionalismo é aquela que nos parece a mais adequada para o tratamento desta categoria. Trata-se, segundo Traugott e Trousdale (2013), da chamada *gramaticalização por expansão* (GE). Nessa perspectiva, que é posterior à GR, a rota da mudança linguística passa a incorporar o nível pragmático-discursivo, tomando a gramática em sentido lato e em conformidade com a perspectiva funcionalista tradicional acerca da interconexão entre pragmática, semântica e sintaxe. A GE não exclui ou desconsidera a GR, mas adiciona outros parâmetros para mensurar se um item se torna “mais gramatical”. Com base nessa perspectiva, os MP são incluídos na agenda da pesquisa em gramaticalização de um modo, digamos, “não conflitante”.

³ Esse rótulo se refere ao processo diacrônico que deriva em aumento de intersubjetividade sincrônica, conforme Traugott (2003).

Uma das primeiras manifestações da consideração da GE se encontra em Bybee, Perkins e Pagliuca (1994). Nessa obra, os autores assumem a gramaticalização em termos mais gerais, com foco nos contextos em que itens são usados, levando em conta os domínios pragmático e semântico, destacando a importância das propriedades discursivas e do jogo inferencial entre os interlocutores como motivadores da mudança linguística. Segundo Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), os itens mudam em função de pressões de ordem contextual e pragmática. Essa ampliação do escopo da gramaticalização passa a permitir que não somente os MP, mas constituintes fora do eixo sintático estrito, como vocativos, expressões modais e outras, possam ser pesquisados à luz da GE.

Em Traugott (2003, p. 626), também encontramos esse olhar ampliado da GE:

A gramática abrange fonologia, morfossintaxe e semântica funcional da verdade, e é rica o suficiente para licenciar a interação com as habilidades cognitivas gerais, como as que estão envolvidas na negociação falante-ouvinte que dá origem à gramaticalização. Essas incluem processamento de informações, gerenciamento de discurso e outras habilidades centrais à pragmática linguística de focalização, topicalização, dêixis e coerência discursiva.⁴ (tradução autoral)

Na linha da GE de modo mais efetivo, Himmelmann (2004) destaca a gramaticalização como um processo basicamente de ampliação contextual em três níveis: de classe hospedeira, de sintaxe e de semântica e pragmática. Esse foco ampliado da mudança gramatical, principalmente em termos da expansão semântica e pragmática, destaca e valida o tratamento dos MP à luz da GE. Se até esse ponto as propostas da pesquisa funcionalista para essa classe se resumiam a caminhos paralelos ou alternativos à gramaticalização, a partir do olhar expansionista da mudança linguística trazido pela GE, com atenção aos contextos de uso linguístico em termos pragmático-discursivos, os MP são incorporados mais efetivamente à agenda de pesquisas funcionalistas clássicas.

Com base nessa consideração, podemos dizer que os elementos destacados nos exemplos de (1) a (6), apresentados anteriormente, integram a gramática do português, são constituintes do paradigma dos MP da língua, consequentes de micropassos de mudança linguística. A distinção dessa categoria fica por conta de seu nível de atuação, atinente à pragmática, e de seus traços específicos por conta da atuação nessa dimensão.

Ao longo desta seção discorreremos acerca do desafio que constituiu, no Funcionalismo norte-americano em suas décadas iniciais, a incorporação da pesquisa dos MP em sua agenda. A relevância dos estudos sobre mudança linguística na perspectiva da gramaticalização, com foco na trajetória de constituintes lexicais que assumem funções gramaticais ou naqueles menos gramaticais que passam a atuar em nível mais gramatical, abriu ao menos três perspectivas para a investigação dos MP, como demonstramos aqui. Tais alternativas analíticas têm a ver com uma pergunta central e básica para a pesquisa da língua em uso: afinal, o que é gramática?

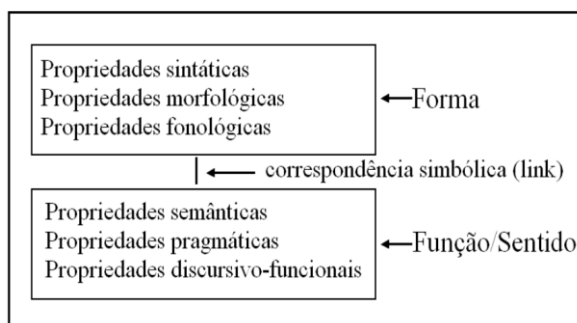
⁴ No original: “Grammar encompasses phonology, morphosyntax, and truth-functional semantics, and is rich enough to license interaction with the general cognitive abilities such as are involved in the speaker-addressee negotiation that gives rise to grammaticalization. These include information processing, discourse management, and other abilities central to the linguistic pragmatics of focusing, topicalization, deixis, and discourse coherence.”

3 MP EM PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL

No século XXI, à pesquisa funcionalista se incorpora a abordagem construcional da gramática, tendo em Traugott e Trousdale (2013) uma referência fundamental. Essa vertente teórica, conforme Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), tem recebido internacionalmente o rótulo *Usage-Based Linguistics* e, no Brasil, é denominada geralmente como *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU). Conforme Rosário e Oliveira (2016), uma das maiores contribuições da LFCU à clássica investigação funcionalista é a consideração mais equilibrada entre o viés funcional e o formal, por conta da incorporação do arcabouço construcionista, conforme se encontra em fontes cognitivistas como Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001).

Com base na LFCU, a língua passa a ser tomada como uma rede organizada, hierárquica e interconectada de construções. Segundo tal concepção, as construções, tanto lexicais quanto gramaticais ou procedurais, são as unidades linguísticas básicas e virtuais, definidas como pareamentos simbólicos de função e forma que se tornam convencionais mediante a propagação comunitária no uso linguístico, como detalhada no Quadro 2:

Quadro 2: Propriedades construcionais em dois eixos



Fonte: Croft (2001, p. 18)

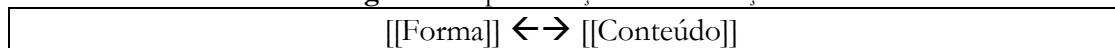
No Quadro 2, as propriedades formais constituem uma tríade formada pelos níveis sintático, morfológico e fonológico, enquanto as propriedades funcionais se distribuem pelos níveis semântico, pragmático e discursivo-funcional. Ambos os eixos são vinculados intrinsecamente, de modo que, conforme postula Goldberg (1995, 2006), o sentido construcional não é atingido pela mera soma do sentido de cada parte da construção, mas é emanado mediante a estreita vinculação semântico-sintática dessas partes.

No caso específico da pesquisa dos MP, constatamos no Quadro 2 a referência explícita a propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais no eixo da função. Ainda que Croft (2001) não detalhe mais efetivamente que traços considera em termos dessas duas propriedades, o fato de o autor fazer tal referência já abre espaço para a incorporação dos

MP como objetos de pesquisa na LFCU de modo mais efetivo, na condição de construções procedurais da língua.

Traugott e Trousdale (2013, p. 8) sintetizam o pareamento construcional na Figura 1:

Figura 1: Representação da construção



Fonte: Traugott e Trousdale (2013, p.8)

Na representação dos autores, a flecha de dois lados indica o vínculo simbólico entre o eixo da forma e ao do conteúdo de uma construção. Com relação aos colchetes externos, estes se referem à convencionalização da unidade como pareamento convencionalizado.

Ainda segundo Traugott e Trousdale (2013), as construções, como pares esquemáticos e virtuais, se distinguem das instâncias de uso efetivo, denominadas de *construtos*. Tal distinção pode ser relacionada ao binômio *type* e *token*, que Bybee (2003) postula para analisar a frequência linguística. Assim, o *type* corresponde ao padrão, ao esquema, enquanto o *token* se refere à expressão efetivamente usada. Destaca-se que padrões construcionais podem dizer respeito a pareamentos mais complexos, englobando expressões idiomáticas, por exemplo. A distinção referida impacta a pesquisa em LFCU face ao Funcionalismo clássico, uma vez que assume, para cada declaração efetivada na interação, um tipo de esquema virtual que a licencia. Portanto, na LFCU, ainda que os contextos de uso continuem sendo o ponto de partida e o de chegada da investigação, considera-se que há esquemas mais ou menos abertos que licenciam as referidas declarações.

Para a caracterização construcional, Traugott e Trousdale (2013) apontam três propriedades e três fatores classificatórios em termos gradientes. Relativamente às propriedades, os autores estabelecem: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A esquematicidade diz respeito ao nível de virtualidade construcional, dependente do grau de especificidade das partes componentes da construção. Esse grau pode ser: a) mais alto, em construções totalmente virtuais, denominadas de esquemas e formadas por *slots*⁵ passíveis de preenchimento distinto, como no caso de [S V 0]; b) de nível intermediário, como subesquemas nos quais uma ou outra parte é especificada, do tipo [X que] ou [Xeiro]; c) totalmente especificado, no que nomeamos *microconstrução*, a exemplo dos MP [tá bem], [sei lá], [a propósito], [pois é] e [ok], instanciados como construtos ilustrados de (1) a (6). No caso do *type* [sei lá], exemplificado em (2), trata-se de uma microconstrução integrante do esquema maior formado por verbo e locativo, codificado como [V Loc], conforme atestam Teixeira (2015) e Corrêa (2025). Em relação a [tá bem], este *type* integra um esquema mais amplo MP codificado como [tá X_{adj}], que é especificado em construções como [tá legal], [tá bom], [tá certo], entre outras.

⁵ Termo usado na referência a partes totalmente abertas de uma construção, codificadas em maiúscula.

Quanto à produtividade, Traugott e Trousdale (2013) a definem em termos da extensibilidade de um padrão construcional e também da frequência com que um construto é recrutado. Essa propriedade é sensível a fatores de ordem pragmático-discursiva, pois questões atinentes ao gênero discursivo, à sequência tipológica, ao perfil e ao propósito comunicativo dos interlocutores, além de outras, impactam a extensibilidade construcional. No caso da classe dos MP, por seu papel pragmático, voltado para a negociação e para o monitoramento da interação em contextos menos monitorados, sua produtividade é altamente dependente das propriedades contextuais. A observação dos exemplos apresentados de (1) a (6) nos permite constatar que se trata de interações mais informais e intersubjetivas, com maior simetria entre os interlocutores.

A composicionalidade é a terceira propriedade e se refere ao grau de transparência do sentido construcional em relação ao sentido específico de cada uma das partes. Esse postulado tem a ver com o processo cognitivo de domínio geral denominado por Bybee (2010) de *chunking*, segundo o qual itens repetidamente usados em sequência concorrem para a formação de um só agrupamento semântico-sintático, um todo de sentido e forma que passa a funcionar convencionalmente. Quanto menor a composicionalidade de um padrão construcional, mais o sentido se torna simbólico e se distingue da soma do sentido das partes. Assumimos que classe dos MP, pelo nível metatextual em que atua, pela maior abstração e (inter)subjetividade expressa e pelo descolamento do eixo sintático, além de outros fatores, é constituída por microconstruções de baixa composicionalidade. Um dos exemplos é o MP [sei lá], que expressa o desconhecimento ou a pouca importância que o locutor confere ao que é comentado; esse sentido não é resultante da simples soma do sentido da forma verbal “sei” e do pronome “lá”, como demonstram Oliveira (2023) e Corrêa (2025). O mesmo comentário acerca da baixa composicionalidade dos MP pode ser feita em relação a [tá bem], [a propósito] e a [pois é], por exemplo.

Analisando-se os MP com base nos fatores construcionais fixados por Traugott e Trousdale (2013) e ilustrados para o português por Rosário e Oliveira (2016), podemos dizer que estes constituintes constituem pareamentos: a) substantivos, porque são totalmente especificados em suas subpartes como microconstruções; b) procedurais, uma vez que cumprem função no plano pragmático-discursivo; c) de estrutura menor, via de regra atômica, formados por um só parte, como [ok] ou [sabe?], ou complexos, constituídos por duas subpartes, do tipo [sei lá] e [pois é].

Como podemos observar, a classe dos MP é contemplada na LFCU como um grupo de construções específicas da rede linguística, passível de descrição e análise a partir dos pressupostos funcionalistas e construcionistas que integram o arcabouço teórico dessa área de pesquisa. Por outro lado, o hibridismo formal dos MP e os efeitos de sentido específicos que expressam quando instanciados nas interações tornam a pesquisa dessa classe ainda desafiadora.

Uma das questões de ordem teórica que se apresenta nesse ponto é de como considerar a dimensão paradigmática numa proposta de pesquisa construcionista, levando-se em conta a propriedade da esquematização e o postulado de que itens linguísticos são pares simbólicos de função e forma. Oliveira (2021, p. 60) assim resume a questão:

Um desses desafios é justamente o de como lidar com a concepção paradigmática, com a categorização eminentemente funcional das classes linguísticas, numa vertente que privilegia o surgimento de novas construções, ou seja, de novos pares de forma e conteúdo, nos termos de Goldberg (1995; 2006), mas que não discute o lugar desses novos elementos nas classes gramaticais da língua, como destacam Diewald (2020) e Gildea e Barðdal (2020).

À luz de uma concepção clássica funcionalista, a paradigmaticização não constitui maior desafio, uma vez que, ao se gramaticalizar, já se pressupõe que o item migrou do léxico para uma classe gramatical ou, de forma mais expandida, passou de uma classe menos para outra mais gramatical. Mas, no âmbito das pesquisas em LFCU, de acordo com o postulado da construcionalização, a partir de Traugott (2022a, 2022b), a mudança linguística destaca o estabelecimento de um novo e inédito pareamento de função e forma, generalizado na comunidade linguística, sem indagar a que paradigma passa, ou não, a pertencer a nova construção. Portanto, na LFCU, mudança gramatical não tem a ver necessariamente com ampliação dos membros de um paradigma e esse tema não é de fato contemplado de modo mais evidente nas discussões da área.

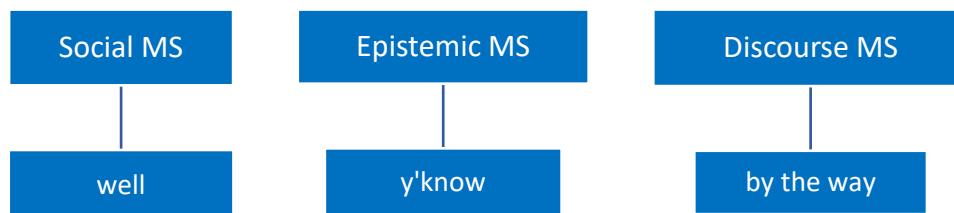
Diante de tal situação, Diewald (2020) destaca a importância de a LFCU considerar o paradigma em seu aporte teórico. Para tanto, propõe que paradigma seja assumido como *hiperconstrução*, ou seja, como conjunto formado por membros que partilham uma função maior comum e que, de outra parte, apresentam traços funcionais específicos, uma vez que são componentes particulares desse conjunto. Para a autora, o pertencimento a uma hiperconstrução não requer identidade ou proximidade estrutural de seus membros, que podem, por consequência, integrar, como microconstruções, esquemas construcionais distintos. Assim, por exemplo, ainda que as microconstruções MP [tá bem], [sei lá], [a propósito], [pois é] e [ok] tenham traços formais variados, integram a hiperconstrução MP da rede do português. Em sua grande maioria, ou até mesmo em sua totalidade, as microconstruções desse paradigma são consequentes de mudanças construcionais⁶, distintas ao longo da trajetória da língua, ou de mecanismos analógicos mais instantâneos, a partir de padrões já existentes, como assumem Traugott e Trousdale (2013). Tal condição motiva a distinção e o hibridismo formal dos membros dessa categoria. Nesse sentido, a construcionalização que leva à convencionalização desses constituintes amplia a hiperconstrução MP do português contemporâneo.

Mais recentemente, a hiperconstrução MP tem sido objeto de investigação e de revisão na LFCU, com destaque para o tipo de função que seus elementos desempenham em termos construcionais. Conforme Traugott (2021, 2022a, 2022b), considerar pareamentos pragmáticos nessa perspectiva teórica significa assumir o desafio de descrevê-los no eixo da função e no eixo da forma. Nessa descrição, para além das microconstruções que integram tal conjunto, está a relação que as mesmas estabelecem no contexto da declaração que as hospedam, seja em termos sintáticos em sentido lato, seja em termos semântico-pragmáticos.

⁶ De acordo com Traugott (2021), trata-se de modulações de uso contextual de uma construção que afetam o eixo da função ou da forma. Essas modulações antecedem ou sucedem o processo de construcionalização.

Para a autora, os MP constituem um conjunto “guarda-chuva” cujos constituintes são multifuncionais, (inter)subjetivos e demarcados prosodicamente, têm relativa mobilidade, estrutura menor, no formato de uma ou duas subpartes, e função procedural, sem expressão de valor de verdade e com atuação fora do eixo sintático estrito. Traugott (2021, p. 4) assim ilustra esse conjunto:

Quadro 3: Taxonomia dos MP do inglês



Fonte: Traugott (2021, p. 4)

O Quadro 3 demonstra que a proposta de Traugott (2021) para classe dos MP é passível de correspondência ao postulado da hiperconstrução defendido por Diewald (2020). O quadro parte de uma função geral marcadora pragmática, partilhada por todos os membros do conjunto, que, por sua vez, se divide em subfunções. Os membros da hiperconstrução MP podem ter formato distinto, como se ilustra no Quadro 4, e, como microconstruções, portam traços de sentido mais específicos também.

A proposta de Traugott (2021) postula que a função maior MP pode se especificar em três. A primeira é a social, a partir da qual o locutor estabelece contato com o(s) interlocutor(es) para propósitos como fazer um convite, por exemplo. Ilustramos em (7) e (8) essa função MP com dados extraídos da rede social X⁷:

(7) Certeza que ela amou, @araketu! Que delícia de som, que música boa pra dançar! Bora, aumenta o som, arreda os móveis e vem com a gente! Se joga na onda do amor! (https://x.com/Engaja_Gabi. Acesso em: 28 jan. 2023).

(8) Em resposta a @branni_b
SIM CARA HAUHHSUWHSUA

"gente *chega ai* ele acha que vai dormir bem chegar cedo no trabalho botar as coisas em dia ficar de bom humor kkkk que otario olha ele achando"meus divertidamente (Acesso em: 02 jul. 2020)

De acordo com Sá (2024) e Fonseca (2023), os MP sociais convidativos destacados em (7) e (8) atuam como sugestões inferenciais. Conforme Traugott e Dasher (2002), nesses contextos de uso, locutores, no caso, aqueles que “twitam”, propõem aos internautas que os seguem que aceitem o convite para, por exemplo, dançar, em (7), e partilhar opinião veiculada acerca do comportamento de uma terceira pessoa, em (8), num

⁷ Disponível no site: <https://x.com/>

tipo de convite abstrato ou virtual. Para tanto, os locutores instanciam os MP [bora] e [chega aí], respectivamente, em contextos marcados pela informalidade, simetria e pouco monitoramento.

A segunda subfunção apontada no Quadro 4 é a epistêmica, cumprida precipuamente por MP portadores por (sub)parte de origem verbal epistêmica. O pressuposto é que, na trajetória de mudanças construcionais que convencionalizam esse subgrupo, o traço semântico verbal é conservado, conforme a proposta de Hopper (1991). Estamos nos referindo a instâncias de uso como as seguintes, extraídas do Cdp:

- (9) Mas ser assexual não é ser doente, assexualidade não é uma doença ou um problema físico; Mais estranhamente ainda... pode até ser... se você achar, quiser, ou pensar que é conveniente... pode dizer que sua assexualidade decorre de um problema de saúde... *sei lá*... coisas dos hormônios... Mas bem... isso não te torna doente, não é?
- (10) é uma receita de um bolo mousse de maracujá, mas os ingredientes da massa pede uma coisa e no modo de fazer fala outra coisa ex. 5 ovos, modo de fazer fala junto as 08 claras em neve. *entenden?*

Nos fragmentos (9), nesta seção retomando (2), e (10), ilustramos os construtos referentes às microconstruções MP epistêmicas [*sei lá*] e [*entendeu?*]. Conforme observamos, tais instanciações não atuam efetivamente como sintagmas verbais, mas sim como um tipo de orientação discursiva pela qual os locutores sugerem a seus interlocutores o partilhamento de determinadas inferências. Assim, em (9), o MP *sei lá* integra, fora do eixo sintático estrito, uma sequência em que o locutor reflete acerca da assexualidade e do preconceito com que é tratada; com esse MP, modaliza sua declaração, na demonstração de que se trata de uma opinião somente, preservando sua face diante do interlocutor. Já em (10) o MP *entenden?* finaliza uma sequência injuntiva na qual o locutor procura ensinar uma receita de doce; assim procedendo, tenta garantir a eficácia de sua lição com o MP epistêmico, que atua muito mais como monitoramento do que declara do que como uma consulta a seu interlocutor.

A terceira subfunção dos MP apontada por Traugott (2021) diz respeito à estruturação de partes do discurso, com base na proposta inicial de Fraser (1988, 1999). Os constituintes desse grupo, ou os “conectores metatextuais”, atuam na articulação entre um segmento discursivo inicial (D1) e outro subsequente (D2), no estabelecimentos de relações lógicas diversas, do tipo contraste, digressão, continuidade, síntese, acréscimo, entre outras.

Tais constituintes são nomeados por Traugott (2022a, 2022b) como *conjuncts*, elementos originalmente de base adverbial que passam, via construcionalização, a atuar como membros da hiperconstrução MP. Nesse processo, perdem valor de verdade, plenitude de conteúdo, se tornam mais convencionalizados e intersubjetivos, atuando fora do eixo sintático, como ilustramos a seguir, em contextos de uso do Cdp:

- (11) Formado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, o status de “repórter” foi empregado quando iniciou no programa CQC – Custe o Que Custar. *A propósito*, o próprio gênero “jornalismo” como referência a atração da Band é altamente contestado.
- (12) O Max era um cara mais aberto, mais extrovertido. Esse é um personagem mais contido, mais velho que o Max. Ele foi do Exército e agora mora na Amazônia. *Além disso*, guarda um grande segredo”, explicou Marcello em entrevista à “Caras”.
- (13) Cada vez mais um sistema operacional é executado no meu navegador e nós executamos o Chromium muito bem. # *Por outro lado*, seria ótimo, seria ótimo rodar o Windows. *Mas* seria ótimo, seria ótimo rodar o Windows

Em (11), repetindo o exemplo (3) apresentado na introdução deste artigo, temos a instanciamento do MP [a propósito] na conexão de duas porções discursivas: “Formado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, o status de “repórter” foi empregado quando iniciou no programa CQC – Custe o Que Custar”, como D1, e “o próprio gênero “jornalismo” como referência a atração da Band é altamente contestado, como D2. A intermediação de *a propósito* entre ambos os segmentos promove um movimento de digressão, que, ao mesmo tempo em que retoma o declarado sobre um repórter, traz na declaração seguinte uma crítica acerca de sua condição profissional. Em (12), o papel estruturante do MP [além disso] acrescenta à D1 “O Max era um cara mais aberto, mais extrovertido. Esse é um personagem mais contido, mais velho que o Max. Ele foi do Exército e agora mora na Amazônia” a nova informação D2 “guarda um grande segredo”. Já em (13) detectamos uma declaração articulada por dois MP: [por outro lado] conecta contrastivamente a D1 “Cada vez mais um sistema operacional é executado no meu navegador e nós executamos o Chromium muito bem” e a D2 “seria ótimo, seria ótimo rodar o Windows”; na sequência, o entorno discursivo se torna mais complexo, uma vez que outro MP contrastivo, [mas], conecta a declaração final “seria ótimo, seria ótimo rodar o Windows”.

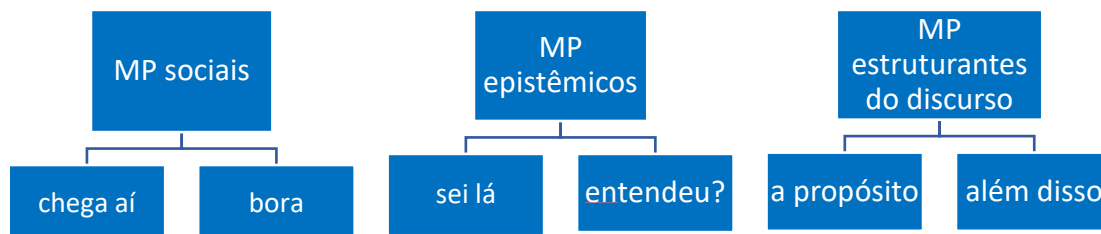
Uma relevante contribuição nessa proposta taxonômica é a inclusão dos constituintes estruturantes do discurso na classe dos MP. Tradicionalmente, os MP sociais e os epistêmicos têm sido considerados marcadores discursivos (MD), como se encontram descritos e analisados em perspectiva funcionalista por Teixeira (2015), Rosa (2019), Fonseca (2023) e Sá (2024), entre outros.

Já os estruturantes do discurso, nomeados como *conectores textuais* ou *operadores discursivos*, constituem classicamente objetos de investigação na área da Linguística Textual, por exemplo, a partir de referências como Beaugrande, Jean-Michel Adam e, no Brasil, Ingedore Kock. Portanto, a proposição de Traugott (2021, 2022a, 2022b) sistematiza e amplia a classe dos MP a partir do aparato teórico da LFCU.

Constatamos que as subfunções MP como apresentadas sintética e resumidamente no Quadro 3, têm correspondência com nossos resultados de pesquisa para o português,

conforme se encontram em Fonseca (2023), Sá (2024) e Corrêa (2025), entre outras. O quadro a seguir ilustra a referida correspondência:

Quadro 4: Taxonomia dos MP do português



Fonte: Autoral.

Como podemos observar, há no português, como em inglês, uma hiperconstrução que reúne um conjunto diversificado de membros em torno de uma função maior: a marcação pragmática. Esse conjunto, por sua vez, se distribui funcionalmente por três tipos: a) os sociais, responsáveis pelo contato mais direto entre os interlocutores; b) os epistêmicos, que expressam crenças, valores e pontos de vista, por vezes modalizando o discurso; c) os estruturantes do discurso, cujo papel é a promoção do gerenciamento interativo na articulação de relações lógicas.

Assumimos que os membros da hiperconstrução MP, por conta de sua atuação num nível gramatical mais amplo, voltado para funções de natureza metatextual, requerem maior refinamento em sua codificação construcional. Tal codificação não pode se resumir aos traços semânticos e formais de cada membro específico; é preciso levar em conta o contexto maior em que esses MP são instanciados, no caso, os segmentos discursivos que os balizam. A proposta de codificação construcional de Traugott (2022a, 2022b) para os MP estruturadores do discurso (MPED), por exemplo, concorre para que as propriedades pragmáticas e as discursivo-funcionais, como apontadas por Croft (2001) no Quadro 2, sejam consideradas de forma mais efetiva em sua relação ao eixo formal na codificação da construção, como sugerimos no Quadro 5:

Quadro 5: Representação da construção MPED

[[D1 MP D2] ↔ [[estruturação do discurso]]

Fonte: Autoral.

De acordo com a codificação sugerida acima, a abordagem construcional dos MPED precisa considerar os sentidos veiculados por D1 e D2 e a relação lógica que se estabelece entre estas declarações a partir da instanciação do MP. No caso dos MP sociais e epistêmicos, também é preciso levar em consideração o entorno cotextual, com foco na declaração que hospeda estes constituintes, em termos de sentido e formato. Afirmamos, portanto, que o tratamento dos MP na perspectiva da LFCU abre um caminho desafiador e promissor de pesquisa, que correlaciona mais efetivamente propriedades funcionais e

estruturais na investigação desses constituintes, ampliando o foco do que se assume como função e forma no viés construcional na LFCU.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, traçamos um percurso de como a abordagem dos MP vem sendo feita à luz do arcabouço teórico funcionalista de vertente norte-americana. Balizamos esse percurso em duas etapas, conforme postulado em Rosário e Oliveira (2016): a segunda metade do século XX, correspondente ao chamado “Funcionalismo clássico”, e as décadas iniciais do século XXI, referente à LFCU, com destaque nesta etapa para a incorporação do tratamento construcional de base cognitivista ao Funcionalismo.

Na trajetória referida, constatamos que os MP são considerados nas décadas iniciais da pesquisa funcionalista como constituintes à margem da gramática, tomados como elementos discursivizados, de(s)gramaticalizados ou pragmaticalizados, por conta do que se concebe como gramática e de como se assume a gramaticalização nessa fase. A partir daí, com a assunção da abordagem construcional à pesquisa funcionalista, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), os MP são tomados como construções procedurais e se inserem de modo mais efetivo na agenda da pesquisa em LFCU.

Mais recentemente, essa categoria é destacada por Traugott (2021, 2022a, 2022b) na proposição da classe maior MP, distribuída em três subfunções: social, epistêmica e estruturante do discurso. Com base em Diewald (2020), consideramos os MP uma hiperconstrução componente da rede linguística do português. Ao se debruçar sobre os MP, Traugott (2022a, 2022b) aponta a necessidade de a pesquisa na vertente funcionalista-construcionista considerar de modo mais efetivo as propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais, o que implica abrir o foco investigativo em LFCU. Tal desafio impacta também a pesquisa do eixo formal, uma vez que os segmentos discursivos podem ser tratados como subpartes do esquema dos MP e assim integrarem a codificação construcional desses constituintes.

A trajetória de investigação dos MP na agenda funcionalista aponta um caminho que procura dar conta das motivações e das propriedades funcionais e formais dos membros dessa categoria. Na LFCU, estágio atual em que encontram as pesquisas que desenvolvemos, ainda há muito a investigar, como, por exemplo, a questão da prototipicidade dos subtipos sociais, epistêmicos e estruturantes do discurso em que distribuem os MP: até que ponto se trata de uma classificação mais ou menos estável? Se sim, quais as propriedades específicas de cada um desses subtipos, nos eixos da função e da forma? Como se distribui e organiza a hiperconstrução MP na rede linguística do português? Os subtipos sociais e epistêmicos podem, a depender de motivações contextuais, atuar como estruturantes do discurso? No caso desse terceiro subtipo, os estruturantes do discurso, de fato há pressões contextuais que motivam sua migração da função básica monofuncional para a multifuncional, via mudanças pós-construcionais, conforme postula Traugott (2022a, 2022b)?

Como podemos observar, estamos diante de questionamentos em aberto, que somente a continuidade da pesquisa na área poderá responder, acompanhada de prováveis refinamentos de ordem teórica e metodológica.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. IN: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Ed.). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003, p. 602-623.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar: Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1994.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntatic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.
- CORRÊA, C. M. N. *Instanciações de [sei lá] em dois padrões construcionais do português brasileiro contemporâneo*. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2025.
- DIEWALD, G. Paradigms lost – paradigms regained: Paradigms as hyper-constructions. In: SOMMERER, L.; SMIRNOVA, E. (Ed.). *Nodes and Networks in Diachronic Construction Grammar*. Amsterdam: Benjamins (CAL 27), 2020, p. 277-315.
- FONSECA, M. B. R. *Chega aí e vem cá: uma análise contrastiva e funcional centrada no uso*. 168 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2023.
- FRASER, B. Types of English discourse markers. *Acta Linguistica Hungarica*, n. 38, p. 19-33, 1988.
- FRASER, B. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*, n. 31, p. 931-952, 1999.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013, p. 13-40.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.;

- MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015, p. 21-48.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GONÇALVES, S. C.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: em homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HIMMELMANN, N. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, W. et al. (Edt.). *What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.21-42.
- HOPPER, P. Emergent grammar. *Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 1987, p. 139-157.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Org.) *Approaches to Grammaticalization*, v.1. Amsterdam: Benjamins, 1991, p. 17-37.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. In: KURYLOWICZ, J. *Esquisses linguistiques II* Munich: Wilhelm Fink Verlag, 1975. p. 38-54.
- LEHMANN, C. Theory and method in grammaticalization. Apud DIEWALD, G. (Org.). Grammatikalisierung. In: *Special issue of Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, vo. 32, p. 152-187, 2004.
- LEHMANN, C. *Thought on Grammaticalization*. 3ª ed. (Classics in Linguistics 1). Berlin: Language Science Press, 2015.
- MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.
- OLIVEIRA, M. R. A concepção de “paradigma” na Linguística Funcional Centrada no Uso. *Letras Escreve*, v. 11, n. 1, p. 59-71, 2021.

OLIVEIRA, M. R. Pronomes locativos do português na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso. In: OLIVEIRA, M. R. (Org.) *Articulação do espaço no português: uma abordagem cognitivista, funcionalista e construcional*. São Paulo: Pontes Editores, 2023, p. 83-118.

ROSA, F. S. L. *A mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa: uma análise cognitivo-funcional*. 216 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2019.

ROSÁRIO, I. C. (Org.). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, v. 2, n. 60, p. 233-259, 2016.

SÁ, J. J. G. *A construção convidativa [bora (X)] sob a abordagem da Linguística Funcional Centrada no Uso*. 82 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2024.

TEIXEIRA, A. C. *A construção verbal marcadora discursiva VLocmd: uma análise funcional centrada no uso*. 297 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. Constructions in Grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (Org.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, p. 624-647.

TRAUGOTT, E. C. A constructional perspective on the rise of metatextual discourse markers. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 2, n. 1, p.1-25, 2021.

TRAUGOTT, E. C. *Discourse Structuring Markers in English: A Historical Constructionalist Perspective on Pragmatics*. Lancaster: John Benjamins Publishing Company, 2022a.

TRAUGOTT, E. C. *Ten Lectures on a Diachronic Constructionalist Approach to Discourse Structuring Markers*: 27. Leiden/Boston: Brill, 2022b.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Edt.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VINCENT, D.; VOTRE, S. J.; LAFOREST, M. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. *Langues et linguistique*. Québec: Université Laval, n. 19, 1993.

Recebido em: 05/08/2025

Aprovado em: 02/12/2025

Publicado em: 08/01/2026